

Sumário

INTROITO: ZONA QUENTE DE QUESTÕES POR CARREIRA

39

TÍTULO I

DOS FUNDAMENTOS, CONCEITOS, PRINCÍPIOS E NORMAS

1 FUNDAMENTOS DO PROCESSO PENAL	47
1.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos	47
1.2 Fundamentos do processo penal	47
1.3 O poder e seus limites	48
1.4 A limitação do poder pelo processo	48
1.5 A autonomia do processo	48
1.6 O processo penal	48
1.7 O processo penal x direito penal	49
1.8 Síntese gráfica	49
1.9 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço	50
1.9.1 Gabaritos	51
2 FONTES DO PROCESSO PENAL	53
2.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos	53
2.2 Fontes de processo penal	53
2.3 Fontes materiais, substanciais ou de produção	53
2.4 Fontes formais, de revelação, de cognição ou de conhecimento	54
2.4.1 Fontes formais imediatas	54
2.4.1.1 Lei	54
2.4.1.2 Constituição	54
2.4.1.3 Os tratados e convenções internacionais de direitos humanos	54
2.4.2 Fontes formais mediatas	55
2.4.2.1 Jurisprudência	55
2.4.2.2 Princípios	56
2.4.2.3 Atos administrativos	56
2.4.2.4 Costumes	57
2.4.2.5 Indulto presidencial	57
2.5 Síntese gráfica	58
2.6 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço	58
2.6.1 Gabaritos	59
3 SISTEMAS PROCESSUAIS	61
3.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos	61

3.2 Sistemas processuais	61
3.3 Sistema inquisitivo	61
3.4 Sistema acusatório	62
3.4.1 Sistema Adversarial	62
3.5 Sistema misto	63
3.6 Síntese gráfica	65
3.7 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço	65
3.7.1 Gabaritos	67

4 PRINCÍPIOS REGENTES DO PROCESSO PENAL

4.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos	69
4.2 Princípios regentes do processo penal	69
4.3 Princípio da busca pela verdade	70
4.4 Princípio devido processo legal	71
4.4.1 Princípio da ampla defesa	73
4.4.1.1 Defesa técnica	73
4.4.1.2 Autodefesa	73
4.4.2 Princípio do contraditório	75
4.4.3 Princípio da duração razoável do processo	76
4.5 Princípio do duplo grau de jurisdição	77
4.6 Princípio do <i>favor rei</i>	77
4.7 Princípio do estado de inocência	78
4.8 Princípio da publicidade	79
4.9 Princípio <i>ne procedat iudex ex officio</i> ou iniciativa das partes	79
4.10 Princípio da proibição da utilização de provas ilícitas	80
4.11 Princípio da paridade de armas ou igualdade processual	80
4.12 Princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i>	81
4.13 Princípio da proporcionalidade	86
4.14 Princípio do juiz natural	87
4.15 Princípio do promotor natural	88
4.16 Síntese gráfica	89
4.17 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço	90
4.17.1 Gabaritos	93

5 NORMA PROCESSUAL NO ESPAÇO

5.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos	95
5.2 Norma processual no espaço	95
5.3 Tratados, convenções e regras de direito internacional	96
5.4 Prerrogativas constitucionais do Presidente da República e de outras autoridades	96
5.5 Processos de competência da Justiça Militar	97
5.6 Processos da competência do tribunal especial	97
5.7 Crimes de imprensa	97
5.8 Outras exceções	97
5.9 Síntese gráfica	98
5.10 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço	99
5.10.1 Gabaritos	100

6 NORMA PROCESSUAL NO TEMPO

6.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos	101
6.2 Introdução	101
6.3 Normas processuais heterotópicas	102
6.4 Normas processuais híbridas ou mistas	102

6.5 Retroatividade e ultra atividade da norma processual.....	103
6.6 Síntese gráfica	104
6.7 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	104
6.7.1 Gabaritos	106
7 INTERPRETAÇÃO DA NORMA PROCESSUAL PENAL	107
7.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos	107
7.2 Introdução.....	107
7.3 Interpretação quanto ao sujeito (origem).....	108
7.4 Interpretação quanto ao modo.....	108
7.5 Interpretação quanto ao resultado.....	109
7.6 Interpretação analógica e analogia.....	109
7.7 Interpretação conforme a Constituição	110
7.8 Síntese gráfica	111
7.9 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	112
7.9.1 Gabaritos	113
8 NORMAS PROCESSUAIS EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS	115
8.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos	115
8.2 Introdução.....	115
8.3 Imunidades diplomáticas.....	115
8.4 Imunidade parlamentares.....	116
8.4.1 Imunidade material (<i>freedom of speech</i>)	117
8.4.2 Imunidade formal.....	118
8.4.2.1 Imunidade formal em relação à prisão ou incoercibilidade pessoal dos congressistas (<i>freedom from arrest</i>).....	119
8.4.2.2 Imunidade formal em relação ao processo.....	123
8.4.2.3 Imunidade relativa na condição de testemunha	125
8.4.2.4 Parlamentares licenciados e suplentes	125
8.5 Imunidade temporária do Presidente da República	125
8.6 Síntese gráfica	126
8.7 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	127
8.7.1 Gabaritos	128

TÍTULO II

DO JUIZ DAS GARANTIAS E INVESTIGAÇÕES PRELIMINARES

9 JUIZ DAS GARANTIAS	131
9.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos	131
9.2 Observação quanto à suspensão	131
9.3 Introdução.....	131
9.4 Juiz das garantias – inconstitucional?.....	132
9.5 Vedação da iniciativa do juiz em atos de investigação e probatórios.....	133
9.6 Competência e funções do juiz das garantias.....	134
9.6.1 Impedimento.....	143
9.7 Aplicação do juiz das garantias	143
9.8 Síntese gráfica	145
9.9 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	146
9.9.1 Gabarito.....	146
10 INVESTIGAÇÕES PRELIMINARES.....	147
10.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	147

10.2 Introdução	147
10.3 Inquérito policial	147
10.3.1 Natureza jurídica	148
10.3.2 Valor probatório do inquérito policial	149
10.3.3 Polícia investigativa e presidência do inquérito.....	149
10.3.3.1 Polícias Legislativas	151
10.3.4 Síntese	152
10.3.5 Características do inquérito policial.....	152
10.3.5.1 Procedimento escrito.....	152
10.3.5.2 Dispensabilidade	152
10.3.5.3 Sigilosidade	153
10.3.5.4 Procedimento inquisitorial	154
10.3.5.4.1 Há contraditório e ampla defesa no caso do art. 14-A do CPP?	155
10.3.5.5 Discrecionalidade	157
10.3.5.6 Oficialidade	158
10.3.5.7 Oficiosidade	158
10.3.5.7.1 Aplicação do princípio da insignificância pelo delegado de polícia...	158
10.3.5.8 Indisponibilidade	160
10.3.5.9 Síntese.....	161
10.3.6 Instauração do inquérito policial.....	161
10.3.6.1 Formas de instauração do inquérito policial.....	162
10.3.6.2 <i>Notitia criminis</i>	163
10.3.7 Diligências	164
10.3.7.1 Reconstituição dos fatos.....	168
10.3.7.2 Diligências em leis especiais.....	168
10.3.7.3 Identificação criminal.....	169
10.3.7.4 Acesso a dados cadastrais de vítimas e suspeitos	171
10.3.7.5 Incomunicabilidade do preso.....	176
10.3.8 Indiciamento.....	176
10.3.8.1 Quem pode ser indiciado.....	178
10.3.9 Encerramento do inquérito policial.....	178
10.3.9.1 Encaminhamento dos autos – para quem?.....	181
10.3.10 Arquivamento do inquérito policial	182
10.3.10.1 O arquivamento do inquérito faz coisa julgada?	187
10.3.10.2 Desarquivamento	190
10.3.10.3 Cabe recurso contra o arquivamento e desarquivamento?	191
10.3.11 Trancamento do inquérito policial.....	191
10.4 Poder de investigação criminal pelo Ministério Público.....	191
10.4.1 Procedimento de Investigação Criminal (PIC).....	192
10.4.1.1 Definição e finalidade.....	193
10.4.1.2 Formalização	194
10.4.1.3 Das investigações conjuntas.....	194
10.4.1.4 Instrução.....	195
10.4.1.5 Persecução patrimonial	198
10.4.1.6 Publicidade	199
10.4.1.7 Dos direitos das vítimas.....	200
10.5 Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI).....	201
10.6 Investigação militar	203
10.7 Termo circunstanciado de ocorrência	203
10.8 Investigações judiciais.....	203
10.9 Outras investigações	205
10.9.1 Investigação criminal defensiva	205
10.9.2 Investigação realizada por detetive particular	205

10.10 Controle externo da atividade policial.....	206
10.11 Síntese gráfica.....	207
10.12 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	209
10.12.1 Gabaritos.....	213

TÍTULO III

AÇÕES PENAIS

11 AÇÃO PENAL	217
11.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	217
11.2 Conceito.....	217
11.3 Condições da ação.....	218
11.3.1 Possibilidade jurídica do pedido	218
11.3.2 Legitimidade das partes	219
11.3.2.1 Legitimidade ordinária e extraordinária	220
11.3.3 Interesse de agir	221
11.3.4 Justa causa para ação penal	222
11.3.4.1 Justa causa duplicada	222
11.3.5 Condições específicas da ação penal	222
11.3.6 Condições de prosseguibilidade	223
11.3.7 Condições objetivas de punibilidade e escusas absolutórias.....	224
11.4 Princípios gerais aplicáveis a todas as espécies de ações condenatórias.....	226
11.5 Classificações peculiares da ação penal.....	227
11.5.1 Ação penal positiva e negativa	227
11.5.2 Ações penais homologatórias	228
11.5.3 Classificação geral das ações penais condenatórias	228
11.6 Ação penal de iniciativa pública.....	228
11.6.1 Princípios reitores da ação penal de iniciativa pública.....	229
11.6.1.1 Oficialidade ou autoritariedade	229
11.6.1.2 Obrigatoriedade	229
11.6.1.3 Indivisibilidade	231
11.6.1.4 Indisponibilidade	232
11.6.1.5 Oficiosidade	232
11.6.2 Ação penal pública incondicionada e condicionada.....	232
11.6.2.1 Ação penal pública incondicionada.....	232
11.6.2.2 Ação penal pública condicionada	233
11.6.2.2.1 Representação do ofendido	233
11.6.2.2.1.1 Legitimidade para a representação.....	234
11.6.2.2.1.2 Prazo	235
11.6.2.2.1.3 Retratação da representação.....	236
11.6.2.2.1.4 Irrenunciabilidade da retratação	236
11.6.2.2.1.5 Eficácia objetiva da representação	237
11.6.2.2.2 Requisição do Ministro da Justiça	238
11.7 Ação penal pública de iniciativa privada.....	238
11.7.1 Princípios	239
11.7.1.1 Oportunidade ou conveniência	239
11.7.1.2 Disponibilidade	239
11.7.1.3 Indivisibilidade	239
11.7.2 Síntese comparativa principiológica	240
11.7.3 Espécies	241

11.7.4.1 Ação penal de iniciativa exclusivamente privada ou privada propriamente dita.....	241
11.7.4.2 Ação penal de iniciativa privada personalíssima.....	241
11.7.4.3 Ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública.....	241
11.7.4.4 Ação penal privada concorrente com a pública.....	243
11.7.4.5 Ação penal popular.....	243
11.8 Ação penal adesiva.....	243
11.9 Ação penal secundária.....	244
11.10 Ação penal preventiva.....	244
11.11 Ação penal em situações especiais.....	244
11.11.1 Crimes contra a honra.....	245
11.11.2 Violência doméstica contra a mulher.....	246
11.11.3 Crime de estelionato.....	246
11.11.4 Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual.....	248
11.11.5 Ação penal no crime de invasão de dispositivo informático.....	248
11.12 Extinção da punibilidade nas ações penais de iniciativa privada.....	249
11.12.1 Decadência.....	250
11.12.2 Renúncia ao direito de queixa.....	251
11.12.3 Perdão do ofendido.....	252
11.12.3.1 Quadro comparativo.....	253
11.12.4 Perempção.....	254
11.13 Papel do Ministério Público na ação penal de iniciativa privada.....	255
11.14 Denúncia.....	256
11.14.1 Corpo formal (1º Corpo).....	256
11.14.1.1 Endereçamento.....	257
11.14.1.2 Número dos autos.....	257
11.14.1.3 Qualificação das partes.....	257
11.14.1.4 Qualificação do autor.....	257
11.14.1.5 Qualificação do acusado.....	258
11.14.1.6 Contra ou em face de?.....	258
11.14.1.7 Síntese construtiva de modelo sugerido.....	259
11.14.2 Corpo substancial (2º Corpo).....	259
11.14.2.1 Parágrafo técnico.....	260
11.14.2.1.1 Modelo-base.....	262
11.14.2.2 Parágrafo fático.....	264
11.14.3 Corpo de imputação e pedido (corpo final).....	267
11.15 Aditamento à denúncia.....	273
11.15.1 Espécies de aditamento.....	274
11.16 Queixa-crime.....	275
11.16.1 Aditamento da queixa-crime.....	276
11.17 Prazo para oferecimento da inicial acusatória.....	276
11.18 Conceitos e temas diversos sobre a ação penal.....	277
11.18.1 Criptoimputação.....	277
11.18.2 Denúncia geral e crimes societários.....	277
11.18.3 Imputação alternativa.....	279
11.19 Síntese gráfica.....	280
11.20 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	282
11.20.1 Gabaritos.....	286

12 AÇÃO CIVIL EX DELICTO..... 289

12.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	289
12.2 Introdução.....	289

12.3 Formas de se buscar a reparação do dano.....	290
12.4 Efeitos da decisão penal.....	291
12.4.1 Efeitos civis da absolvição	291
12.4.2 Efeitos civis decorrentes de decisões penais diversas.....	293
12.5 Aspectos processuais	294
12.5.1 Legitimidade	295
12.5.1.1 Crime praticado por servidor público e a teoria da dupla garantia.....	296
12.5.2 Natureza e valor do dano	296
12.6 Síntese gráfica	297
12.7 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	299
12.7.1 Gabaritos	301
13 ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL.....	303
13.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	303
13.2 Introdução.....	303
13.3 Natureza jurídica.....	303
13.4 Requisitos, condições e vedações	305
13.4.1 Requisitos	305
13.4.2 Condições positivas	308
13.4.3 Condições negativas (vedações)	310
13.4.3.1 Outras condições possíveis	313
13.5 Normas regentes e controle.....	314
13.6 Execução e rescisão do ANPP e extinção da punibilidade	318
13.7 Efeitos do ANPP	322
13.8 Valor probatório da confissão na ação penal decorrente de ANPP rescindido	322
13.9 Momento e oportunidade de propositura do ANPP.....	325
13.10 Direitos das vítimas a serem observados no ANPP	327
13.11 Síntese gráfica.....	328
13.12 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	330
13.12.1 Gabaritos.....	333

TÍTULO IV

COMPETÊNCIA

14 JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA.....	337
14.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	337
14.2 Introdução.....	337
14.3 Princípios.....	338
14.4 Lei que altera a competência.....	339
14.5 Critérios de fixação da competência.....	339
14.6 Competência absoluta e relativa.....	340
14.6.1 Competência absoluta.....	340
14.6.2 Competência relativa.....	341
14.7 Fixação da competência.....	341
14.8 Regras de competência em razão da função ou da pessoa (<i>ratione personae</i>)	345
14.8.1 Foro especial – absoluto ou relativo?.....	346
14.8.2 Marco inicial	347
14.8.3 Princípio da vinculação.....	347
14.8.4 Foro por prerrogativa de função x competência do Tribunal do Júri.....	348
14.8.5 Exceção da verdade.....	349
14.8.6 Impossibilidade de aplicação por ato de improbidade administrativa	350

14.9 Regras de competência em razão da matéria (<i>ratione materiae</i>).....	351
14.9.1 Justiça Militar	351
14.9.2 Justiça Eleitoral.....	354
14.9.3 Justiça Federal.....	354
14.9.3.1 Casuística	364
14.9.4 Justiça Estadual	364
14.9.5 Organograma estrutural.....	364
14.10 Regras de competência em razão lugar – competência territorial.....	366
14.11 Disposições especiais.....	369
14.12 Casuística	370
14.13 Domicílio do réu.....	374
14.14 Domicílio da vítima.....	375
14.15 Critérios secundários de fixação da competência.....	375
14.15.1 Prevenção	376
14.15.2 Normas de organização judiciária.....	377
14.15.3 Distribuição	379
14.15.4 Conexão e continência.....	380
14.15.4.1 Conexão	380
14.15.4.1.1 Conexão intersubjetiva	380
14.15.4.1.2 Conexão objetiva.....	381
14.15.4.1.3 Conexão instrumental ou probatória	382
14.15.4.2 Continência	382
14.15.4.3 Síntese esquemática.....	384
14.15.4.4 As regras da atração.....	385
14.15.4.4.1 Concurso de jurisdições de diversas categorias	386
14.15.4.4.2 Concurso entre a jurisdição comum e especial.....	388
14.15.4.5 Separação dos processos	389
14.15.4.5.1 Separação facultativa dos processos.....	390
14.15.4.6 Impossibilidade de reunião dos processos.....	390
14.15.4.7 Perpetuação da jurisdição	391
14.16 Situações especiais.....	394
14.16.1 Genocídio	394
14.16.2 Remoção de órgãos	395
14.16.3 Conflito de atribuições entre membros do Ministério Público.....	396
14.17 Síntese gráfica.....	397
14.18 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	400
14.18.1 Gabaritos.....	403

TÍTULO V

DAS QUESTÕES, INCIDENTES E EXCEÇÕES

15 QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES.....	407
15.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	407
15.2 Introdução.....	407
15.3 Questões prejudiciais.....	407
15.3.1 Questões preliminares.....	408
15.4 Classificação das questões prejudiciais.....	408
15.4.1 Questões prejudiciais penais (homogêneas, imperfeitas, comuns ou não devolutivas).....	409
15.4.2 Questões prejudiciais extrapenais (heterogêneas, perfeitas, jurisdicionais ou devolutivas).....	409
15.4.2.1 Questões prejudiciais extrapenais devolutivas absolutas (ou obrigatórias)	409

15.4.2.2 Questões prejudiciais extrapenais devolutivas relativas (ou facultativas).....	411
15.5 Síntese esquemática.....	414
15.6 Incidente de falsidade documental.....	414
15.6.1 Procedimento.....	415
15.6.2 Quadro esquemático.....	417
15.7 Incidente de insanidade mental.....	417
15.7.1 Procedimento.....	420
15.8 Soluções.....	422
15.8.1 Quadro esquemático.....	424
15.8.2 Incapacidade mental no procedimento do Tribunal do Júri.....	424
15.8.3 Incapacidade mental no curso da execução penal.....	425
15.9 Síntese gráfica.....	426
15.10 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	429
15.10.1 Gabaritos.....	431
16 EXCEÇÕES.....	433
16.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	433
16.2 Introdução.....	433
16.3 Exceção de suspeição.....	434
16.3.1 Peculiaridades da exceção de suspeição.....	436
16.3.2 Procedimento esquematizado.....	437
16.4 Exceção de impedimento e incompatibilidade.....	437
16.4.1 Suspeição e impedimento de outros atores processuais.....	438
16.5 Exceção de incompetência do juízo.....	441
16.6 Exceção de litispendência.....	443
16.7 Exceção de ilegitimidade.....	445
16.8 Exceção de coisa julgada.....	446
16.8.1 Os limites objetivos e subjetivos da exceção de coisa julgada.....	448
16.8.2 A exceção de coisa julgada no concurso de crimes.....	449
16.9 Recursos.....	451
16.10 Síntese gráfica.....	452
16.11 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	454
16.11.1 Gabaritos.....	455
17 CONFLITO DE COMPETÊNCIA.....	457
17.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	457
17.2 Introdução.....	457
17.3 Legitimidade, forma e procedimento.....	458
17.3.1 Conflito de competência x conflito de atribuições.....	460
17.4 Competência para julgamento dos conflitos de competência e atribuições.....	461
17.5 Síntese gráfica.....	464
17.6 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	464
17.6.1 Gabaritos.....	465
18 RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS.....	467
18.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	467
18.2 Introdução.....	467
18.3 Coisas que não poderão ser restituídas.....	467
18.4 Forma do pedido e incidente de restituição.....	469
18.5 Síntese gráfica.....	471
18.6 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	471
18.6.1 Gabaritos.....	472

TÍTULO VI

MEDIDAS CAUTELARES

19 MEDIDAS CAUTELARES PATRIMONIAIS	475
19.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos	475
19.2 Introdução	475
19.3 Características e pressupostos	476
19.4 Sequestro	477
19.4.1 Requisitos	477
19.4.2 Legitimidade	478
19.4.3 Procedimento – Sequestro de bens imóveis	479
19.4.3.1 Defesa – Embargos	479
19.4.3.2 Procedimento	481
19.4.3.3 Levantamento do sequestro	481
19.4.3.4 Destinação final do sequestro	482
19.4.4 Procedimento – Sequestro de bens móveis	483
19.4.5 Procedimento – Sequestro de bens ou valores equivalentes	483
19.5 Hipoteca legal	484
19.5.1 Requisitos	485
19.5.2 Legitimidade	486
19.5.3 Procedimento	486
19.5.3.1 Defesa	487
19.5.3.2 Finalização	487
19.6 Arresto prévio ou preventivo	488
19.7 Arresto	488
19.7.1 Requisitos	488
19.7.2 Legitimidade	489
19.7.3 Procedimento	489
19.7.4 Peculiaridades do arresto	490
19.8 Medidas assecuratórias na legislação especial	491
19.8.1 Lei 9.613/98 – Lavagem de Capitais	491
19.8.2 Lei 11.343/06 – Drogas	491
19.8.3 Lei 13.344/16 – Tráfico de pessoas	492
19.8.4 Decreto-Lei nº 3.240/41 – Sequestro por crimes contra a Fazenda Pública (sequestro especial)	493
19.9 Utilização dos bens por órgãos de segurança	496
19.10 Venda antecipada dos bens	498
19.11 Síntese gráfica	500
19.12 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço	505
19.12.1 Gabaritos	508
20 MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS – PARTE GERAL	511
20.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos	511
20.2 Introdução	511
20.3 Princípios reitores e características	512
20.3.1 Jurisdicionalidade	512
20.3.2 Excepcionalidade e provisoriedade	515
20.3.3 Proporcionalidade	516
20.4 Características	517
20.5 Pressupostos das medidas cautelares pessoais – justa causa	521
20.5.1 Causa provável	523

20.6 Devido processo legal	527
20.6.1 Interesse de agir.....	528
20.6.2 Legitimidade.....	528
20.6.2.1 Legitimidade na Lei Maria da Penha.....	532
20.6.2.2 Atuação de ofício pelo magistrado.....	537
20.6.2.2.1 Outros impedimentos à decretação de medidas cautelares pessoas de ofício.....	542
20.6.3 Contraditório.....	543
20.6.4 Duração, revogação e substituição.....	544
20.6.5 Recursos.....	547
20.6.6 Detração penal	548
20.7 Síntese gráfica	550
20.8 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	550
20.8.1 Gabarito.....	551
21 PRISÃO	553
21.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	553
21.2 Introdução.....	553
21.3 Prisão cautelar	556
21.3.1 Quem pode ser preso?	556
21.4 Momento e condições para a realização da prisão.....	562
21.5 Mandado de prisão	562
21.5.1 Difusão vermelha	568
21.6 Prisão especial.....	569
21.7 Direitos e garantias fundamentais da pessoa presa	572
21.7.1 Uso de algemas.....	575
21.7.2 Ampla defesa e assistência jurídica.....	575
21.8 Prisão em flagrante	576
21.8.1 Conceito.....	576
21.8.2 Natureza jurídica.....	576
21.8.3 Fases da prisão em flagrante delito	577
21.8.4 Sujeitos da prisão em flagrante	577
21.8.5 Espécies de prisão em flagrante delito.....	578
21.8.6 Flagrantes realizados por agentes disfarçados – ilicitude?	580
21.8.7 Hipóteses especiais de (im)possibilidade de prisão em flagrante.....	582
21.8.8 O comparecimento espontâneo impede a prisão em flagrante?.....	583
21.8.9 Auto de prisão em flagrante delito	584
21.8.9.1 Lavratura por autoridade com atribuição própria.....	584
21.8.9.2 Oitiva do condutor e testemunhas.....	587
21.8.9.3 Interrogatório do preso.....	588
21.8.9.4 Prazo.....	590
21.8.9.5 Análise jurídica do APFD pela autoridade presidente – consequências	590
21.8.9.5.1 Fundada suspeita verificada	590
21.8.9.5.2 Infundada suspeita.....	590
21.8.9.5.3 <i>Perp Walk</i>	591
21.9 Análise judicial da prisão – Audiência de Custódia.....	592
21.9.1 Audiência de custódia.....	593
21.9.1.1 Origem no ordenamento jurídico brasileiro e conceito.....	593
21.9.1.2 Impõe-se a audiência em qualquer espécie de prisão de natureza penal?	593
21.9.1.3 Impõe-se a audiência em prisão por dívida de obrigação alimentar?	594
21.9.1.4 Prazo para realização.....	596
21.9.1.5 Juízo para realização da audiência de custódia.....	597

21.9.1.6 Procedimento.....	598
21.9.1.6.1 ANPP na audiência de custódia.....	601
21.9.1.6.2 Responsabilidade pela não realização da audiência de custódia....	602
21.10 Prisão preventiva.....	603
21.10.1 Legitimidade para requerimento.....	604
21.10.2 Impossibilidade de decretação de prisão de ofício pelo magistrado	605
21.10.3 Pressupostos	607
21.10.4 Requisitos.....	609
21.10.5 Fundamentos/hipóteses.....	618
21.10.5.1 Garantia da ordem pública.....	618
21.10.5.2 Garantia da ordem econômica	623
21.10.5.3 Asseguramento da aplicação da lei penal.....	623
21.10.5.4 Conveniência da instrução criminal	624
21.10.5.5 Descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares	625
21.10.6 Prazo de duração da prisão preventiva.....	626
21.10.6.1 Reavaliação periódica da prisão a cada 90 dias	629
21.10.7 Os fundamentos do decreto de prisão preventiva.....	630
21.10.7.1 A fundamentação <i>per relationem</i> ou aliunde	632
21.11 Prisão temporária.....	633
21.11.1 Conceito	633
21.11.2 Requisitos.....	633
21.11.2.1 Imprescindibilidade para as investigações	634
21.11.2.2 Agente sem residência fixa ou não fornecimento de elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade.....	635
21.11.2.3 Estar a infração penal contemplada no rol taxativo do inciso III do art. 1º da Lei 7.960/89.....	635
21.11.2.4 Contemporaneidade	639
21.11.2.5 Necessidade e adequação.....	639
21.11.2.6 Subsidiariedade da medida – caráter de <i>ultima ratio</i>	639
21.11.3 Procedimento e prazo	639
21.12 Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível.....	641
21.13 Prisão domiciliar.....	642
21.13.1 Hipóteses de cabimento	643
21.14 Síntese gráfica.....	647
21.15 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço	651
21.15.1 Gabarito	653

22 MEDIDAS ALTERNATIVAS À PRISÃO..... 655

22.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	655
22.2 Introdução.....	655
22.3 Comparecimento periódico em juízo	656
22.4 Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares.....	656
22.5 Proibição de contato com pessoa determinada	657
22.6 Proibição de ausentar-se da comarca ou país	657
22.7 Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos	657
22.8 Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira	658
22.9 Internação provisória	660
22.10 Fiança.....	661
22.11 Monitoração eletrônica	662
22.12 O rol do art. 319 do CPP é taxativo?	662

22.13 Síntese gráfica	668
22.14 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	669
22.14.1 Gabarito.....	670
23 FUNDAMENTOS DA LIBERDADE	671
23.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	671
23.2 Introdução.....	671
23.3 Liberdade plena.....	672
23.3.1 Relaxamento da prisão.....	673
23.4 Liberdade restrita.....	674
23.4.1 Revogação do mandado de prisão	675
23.5 Liberdade provisória.....	675
23.5.1 Liberdade provisória sem fiança.....	677
23.5.2 Liberdade provisória nas hipóteses de descriminantes.....	677
23.5.3 Liberdade provisória sem fiança por motivo de pobreza.....	679
23.5.4 Liberdade provisória com fiança.....	679
23.5.4.1 Momento da concessão da fiança.....	680
23.5.4.2 Concessão da fiança pela autoridade policial.....	681
23.5.4.3 Concessão da fiança pela autoridade judicial.....	685
23.5.4.4 Valor da fiança.....	686
23.5.4.5 Infrações penais inafiançáveis x casos que não admitem a fiança	687
23.5.4.6 Reforço da fiança.....	689
23.5.4.7 Cassação da fiança – fiança sem efeito.....	690
23.5.4.8 Quebramento da fiança	691
23.5.4.9 Perda e destinação da fiança.....	692
23.5.5 Liberdade provisória obrigatória.....	693
23.5.6 Liberdade provisória proibida.....	693
23.5.7 Liberdade provisória com ou sem vinculação.....	695
23.5.8 Liberdade provisória e excesso de imputação.....	696
23.5.9 Abuso de autoridade.....	697
23.6 Síntese gráfica	698
23.7 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	702
23.7.1 Gabaritos.....	708

TÍTULO VII

DAS PROVAS

24 TEORIA GERAL DAS PROVAS.....	713
24.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	713
24.2 Conceito e finalidade.....	714
24.3 Acepções da palavra prova.....	714
24.4 Objeto da prova.....	715
24.5 Classificação das provas	716
24.5.1 Prova direta e indireta.....	717
24.5.2 Prova plena e semiplena ou não plena	717
24.5.3 Prova reais e pessoais.....	718
24.5.4 Prova nominada e inominada.....	718
24.5.5 Prova típica e atípica.....	718
24.5.6 Prova anômala e irritual	719
24.5.7 Prova emprestada.....	720
24.5.8 Prova de fora da terra.....	721

24.6 <i>Standards</i> probatórios	721
24.6.1 A teoria da condição INUS	723
24.7 Sistemas de apreciação da prova	727
24.7.1 Sistema legal ou tarifado	728
24.7.2 Sistema da íntima convicção	728
24.7.3 Sistema do livre convencimento motivado ou da persuasão racional	728
24.8 Ônus da prova	729
24.8.1 Ônus subjetivo e objetivo	730
24.8.2 Ônus perfeito e imperfeito	730
24.9 Distribuição da prova no processo penal	731
24.9.1 Inversão do ônus da prova no processo penal	733
24.10 Iniciativa probatória do juiz	735
24.11 Princípios reitores das provas	735
24.12 Procedimento probatório	736
24.12.1 Produção antecipada de provas	737
24.13 Prova ilegal – Gênero	738
24.13.1 Teorias da verdade	738
24.13.1.1 Teorias substantivas ou tradicionais da verdade	738
24.13.1.2 Teorias minimalistas da verdade	739
24.13.1.3 Por que optar por uma teoria?	740
24.13.2 Prova ilícita ou ilegítima? - Espécies	740
24.13.2.1 Tratamento legal	741
24.13.3 Provas ilícitas por derivação – teoria dos frutos da árvore envenenada	745
24.13.3.1 Limitações à prova ilícita por derivação	746
24.13.3.1.1 Teoria da fonte independente	746
24.13.3.1.2 Teoria da descoberta inevitável	748
24.13.3.1.3 Limitação da mancha purgada ou tinta diluída	749
24.13.3.1.4 Exceção da boa-fé	751
24.13.3.1.5 Teoria do risco ou contribuição de terceiro	752
24.13.3.1.6 Limitação da destruição da mentira do imputado	754
24.13.3.1.7 Doutrina da visão aberta	754
24.13.3.1.8 Teoria da renúncia do interessado	755
24.13.3.1.9 Limitação da infração constitucional alheia	756
24.13.3.1.10 Limitação da infração constitucional por pessoas que não fazem parte do órgão policial	756
24.13.3.1.11 Teoria do encontro fortuito de provas – serendipidade	758
24.13.3.1.11.1 Reflexões sobre a teoria do encontro fortuito de provas	760
24.13.3.1.11.2 A serendipidade e a <i>fishing expedition</i> nos Tribunais Superiores	762
24.13.4 Destinação da prova ilícita	764
24.13.5 Descontaminação do julgado	765
24.14 Identidade física do juiz	766
24.15 Síntese gráfica	767
24.16 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço	774
24.16.1 Gabarito	776

25 PROVAS EM ESPÉCIE

25.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos	779
25.2 Introdução	779
25.3 Cadeia de custódia	779

SUMÁRIO

25.3.1 Marco inicial da cadeia de custódia	781
25.3.2 Etapas do rastreamento do vestígio na cadeia de custódia	781
25.3.3 Quebra da cadeia de custódia	785
25.4 Prova pericial e exame de corpo de delito	787
25.4.1 Peritos e assistentes técnicos	788
25.4.2 Indispensabilidade e prioridade no exame de corpo de delito	791
25.4.3 Regramento normativo da prova pericial e corpo de delito	792
25.4.4 Valoração probatória do exame de corpo de delito e prova pericial	795
25.4.5 Casuística jurisprudencial	796
25.5 Interrogatório do réu	797
25.5.1 Conceito	797
25.5.2 Natureza jurídica	798
25.5.3 Momento e localização territorial do interrogatório	800
25.5.4 Condução coercitiva para fins de interrogatório	801
25.5.5 Características do interrogatório	802
25.5.6 Local do interrogatório e interrogatório por videoconferência	805
25.6 Confissão	808
25.6.1 Classificação	808
25.6.2 Características da confissão	810
25.6.3 Valoração da confissão	811
25.7 Declarações do ofendido	812
25.7.1 Valor probatório	813
25.8 Prova testemunhal	813
25.8.1 Características da prova testemunhal	814
25.8.2 Dos deveres das testemunhas	815
25.8.3 Classificação doutrinária das testemunhas	819
25.8.4 Direito ao confronto	822
25.8.5 Procedimento para colheita da prova testemunhal	822
25.8.5.1 Arrolamento	822
25.8.5.2 Intimação	824
25.8.5.3 Substituição	825
25.8.5.4 Desistência	825
25.8.5.5 Incomunicabilidade das testemunhas	825
25.8.5.6 Inquirição	826
25.8.5.6.1 Contradita e arguição de parcialidade	827
25.8.5.6.2 Depoimento	827
25.8.5.6.3 Inversão da ordem de inquirição	829
25.8.6 Depoimentos especiais e peculiaridades jurisprudenciais	830
25.8.6.1 Depoimento <i>ad perpetuam rei memoriam</i>	830
25.8.6.2 Depoimento sem dano – depoimento especial	830
25.8.6.3 Depoimento de policiais	832
25.8.6.4 <i>Whistleblower</i>	835
25.9 Reconhecimento de pessoas e coisas	836
25.9.1 Procedimento	836
25.9.2 Reconhecimento por fotografia	839
25.10 Acareação	840
25.11 Prova documental	841
25.11.1 Produção da prova documental	842
25.12 Índícios	843

25.13 Busca e apreensão	844
25.13.1 Iniciativa e competência	845
25.13.2 Objeto da diligência	847
25.13.2.1 Mandado de busca e seu cumprimento	848
25.13.2.1.1 Conceito de dia	849
25.13.2.1.2 Conceito de casa	850
25.13.2.1.3 Consentimento do morador	851
25.13.2.1.4 Forma e peculiaridades	853
25.13.2.2 Busca pessoal	856
25.13.2.2.1 Revista íntima para ingresso em presídios	858
25.13.3 Busca exploratória	859
25.14 Meios de prova invasivos	860
25.14.1 Provas obtidas por meio de <i>scanners</i> e drones	861
25.15 Síntese gráfica	862
25.16 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço	865
25.16.1 Gabarito	867

26 MEIOS DE PROVAS ESPECIAIS	869
26.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos	869
26.2 Introdução	869
26.3 Interceptação telefônica e captação ambiental	869
26.3.1 Conceitos	870
26.3.2 Objeto e limites da Lei de Interceptações Telefônicas	871
26.3.3 Lei 9.296/96 – Interceptação telefônica – aspectos materiais e processuais	873
26.3.3.1 Contraditório nas interceptações telefônicas	874
26.3.3.2 Requisitos	875
26.3.3.2.1 O encontro fortuito de provas nas interceptações telefônicas	879
26.3.3.3 Procedimento	881
26.3.3.4 Execução	885
26.3.4 Captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos	887
26.3.4.1 Captação ambiental	887
26.3.4.1.1 Quando há necessidade de autorização judicial?	888
26.3.4.1.2 Requisitos e procedimento	890
26.3.4.1.3 A prova obtida por aplicativos de mensagens – WhatsApp	894
26.4 Quebra de sigilo de dados telefônicos, de comunicações telemáticas, bancários, financeiros e fiscais	897
26.4.1 Quebra do sigilo de dados telefônicos e de comunicações telemáticas	897
26.4.2 Quebra de sigilo bancário e financeiro	900
26.4.3 Quebra do sigilo fiscal	902
26.5 Ação controlada	902
26.5.1 Ação controlada na Lei de Drogas	903
26.5.2 Ação controlada na Lei de Organizações Criminosas	904
26.5.3 Ação controlada da Lei de Lavagem de Capitais	905
26.5.4 Quadro comparativo	906
26.5.4.1 Entrega vigiada	906
26.6 Infiltração de agentes	907
26.6.1 O agente infiltrado	907
26.6.1.1 Direitos do agente infiltrado	908
26.6.1.2 Prerrogativas e limites do agente infiltrado – <i>entrapment doctrine</i> ou teoria da armadilha	909
26.6.2 Requisitos para a infiltração de agentes	910
26.6.3 Procedimento	912

SUMÁRIO

26.6.4 Prazo da infiltração.....	913
26.6.5 Responsabilidade penal do agente infiltrado.....	913
26.7 Infiltração virtual de agentes.....	916
26.7.1 Infiltração virtual de agentes no âmbito do ECA.....	918
26.8 Colaboração premiada.....	919
26.8.1 Natureza jurídica.....	920
26.8.2 Colaboração premiada ou delação premiada?.....	920
26.8.3 Reserva de jurisdição.....	921
26.8.4 Previsão legal.....	921
26.8.5 Colaboração premiada na Lei 12.850/13.....	926
26.8.6 Pressupostos.....	926
26.8.6.1 Voluntariedade/Livre expressão do conhecimento.....	926
26.8.6.2 Resultados.....	927
26.8.7 Legitimados para oferecimento do acordo.....	931
26.8.8 Benefícios e vinculação do magistrado.....	933
26.8.9 Suspensão do prazo para oferecimento da denúncia e prescrição.....	940
26.8.10 Valor probatório da colaboração premiada.....	941
26.8.10.1 Corroboração mútua ou cruzada.....	943
26.8.11 O acordo de colaboração premiada – negociação, proposta e homologação.....	943
26.8.11.1 Proposta e negociações.....	944
26.8.11.1.1 Ampla defesa – renúncia ao direito ao silêncio.....	947
26.8.11.2 Controle e homologação.....	948
26.8.11.3 Retratação e rescisão.....	952
26.8.11.4 Anulação e contraditório.....	954
26.8.11.5 Sentença.....	955
26.9 Síntese gráfica.....	956
26.10 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	960
26.10.1 Gabaritos.....	967

TÍTULO VIII

PROCESSO E PROCEDIMENTO

27 SUJEITOS PROCESSUAIS.....	971
27.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	971
27.2 Introdução.....	971
27.3 Juiz.....	972
27.3.1 Funções do juiz.....	972
27.3.2 Impedimento.....	973
27.3.3 Suspeição.....	977
27.3.4 Incompatibilidade.....	980
27.4 Ministério Público.....	980
27.4.1 O Ministério Público é parte parcial ou imparcial?.....	981
27.4.2 Princípio do promotor natural.....	982
27.4.3 Impedimentos e suspeições do órgão do Ministério Público.....	983
27.5 Ofendido.....	984
27.5.1 Querelante.....	984
27.5.2 Assistente da acusação.....	985
27.5.2.1 Habilitação do assistente.....	987
27.5.2.2 Direitos e atribuições do assistente.....	989
27.5.3 Assistente da acusação como testemunha.....	992
27.6 Acusado.....	992

27.6.1 Direitos do acusado	993
27.6.2 Defensor	994
27.6.2.1 Abandono do processo pelo defensor	997
27.6.2.2 Impedimento do defensor	997
27.7 Síntese gráfica	998
27.8 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço	999
27.8.1 Gabarito	1001

28 COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS

28.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos	1003
28.2 Introdução	1003
28.3 Citação	1004
28.4 Efeitos da citação válida	1005
28.5 Espécies de citação	1005
28.5.1 Citação pessoal por mandado	1006
28.5.1.1 Citação por carta precatória, rogatória e de ordem	1006
28.5.1.2 Requisitos da citação por mandado	1008
28.5.1.3 Citação pessoal na secretaria do juízo	1008
28.5.1.4 Citações pessoais especiais	1009
28.5.1.4.1 Citação do militar	1009
28.5.1.4.2 Citação do funcionário público	1009
28.5.1.4.3 Citação do acusado preso	1009
28.5.2 Citação por edital	1010
28.5.2.1 Suspensão do processo e do curso do prazo prescricional (art. 366, CPP)	1011
28.5.2.1.1 Produção antecipada de provas	1012
28.5.2.1.2 Decretação de prisão preventiva	1013
28.5.2.1.3 Retomada do curso do processo	1014
28.5.2.1.4 Aplicação do art. 366 na Lei de Lavagem de Capitais	1014
28.5.3 Citação por hora certa	1014
28.6 Intimações e notificações	1015
28.6.1 Notificações e intimações segundo a qualidade das partes ou representantes processuais	1016
28.6.2 Início do prazo	1016
28.7 Síntese gráfica	1018
28.8 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço	1019
28.8.1 Gabaritos	1022

29 PROCEDIMENTOS

29.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos	1023
29.2 Introdução	1023
29.3 Classificação dos procedimentos	1024
29.4 Procedimento comum	1025
29.5 Procedimento comum ordinário	1027
29.5.1 Rejeição da inicial acusatória	1028
29.5.1.1 Inépcia da denúncia ou queixa	1028
29.5.1.2 Falta de pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal	1029
29.5.1.3 Falta de justa causa para a ação penal	1030
29.5.1.4 Rejeição parcial da petição inicial	1030
29.5.1.5 Recurso contra a rejeição da petição inicial	1031
29.5.2 Recebimento da denúncia ou queixa	1032
29.5.2.1 Fundamentação da decisão de recebimento da denúncia	1033
29.5.2.2 Efeitos do recebimento da petição inicial	1034
29.5.2.3 Recurso contra a decisão que recebe a denúncia ou queixa	1034
29.5.3 Citação do acusado	1035

SUMÁRIO

29.5.4 Defesa do acusado	1035
29.5.4.1 Defesa preliminar	1035
29.5.4.1.1 Ausência de apresentação da defesa preliminar	1037
29.5.4.1.2 Defesa preliminar e resposta à acusação – duas defesas?	1037
29.5.4.2 Resposta à acusação	1039
29.5.4.3 Revelia	1040
29.5.5 Absolvição sumária	1041
29.5.5.1 Absolvição sumária x absolvição sumária no Júri	1042
29.5.6 Suspensão condicional do processo	1043
29.5.7 Audiência de instrução e julgamento	1043
29.5.7.1 Alegações finais	1047
29.6 Procedimento comum sumário	1051
29.7 Procedimento comum sumaríssimo	1052
29.7.1 Princípios informativos dos Juizados Especiais Criminais	1053
29.7.2 Finalidades	1055
29.7.3 Competência dos Juizados Especiais Criminais	1055
29.7.4 Processo consensual	1061
29.8 Fase preliminar	1062
29.8.1 Composição dos danos civis	1062
29.8.1.1 Transação penal	1064
29.8.1.1.1 Direito público subjetivo ou poder/dever?	1064
29.8.1.1.2 Pressupostos e requisitos	1067
29.8.1.1.3 Proposta de transação penal	1070
29.8.1.1.4 Efeitos da homologação da transação penal	1071
29.8.1.1.5 Cumprimento e descumprimento da transação penal	1072
29.8.2 Fase processual	1072
29.8.2.1 Propositura da ação penal	1072
29.8.2.2 Defesa preliminar	1074
29.8.2.3 Recebimento e rejeição da petição inicial	1075
29.8.2.4 Citação do acusado	1076
29.8.2.5 Suspensão condicional do processo	1077
29.8.2.5.1 Direito público subjetivo ou poder/dever	1077
29.8.2.5.2 Pressupostos e requisitos	1080
29.8.2.5.3 Proposta de suspensão condicional do processo	1084
29.8.2.5.4 Efeitos da homologação da suspensão condicional do processo ...	1087
29.8.2.5.5 Condições	1088
29.8.2.5.6 Revogação	1091
29.8.2.5.7 Extinção da punibilidade	1092
29.8.2.5.8 Suspensão condicional do processo nos crimes ambientais	1093
29.8.2.6 Audiência de instrução e julgamento	1095
29.8.3 Recursos no Juizado Especial Criminal	1095
29.8.3.1 Apelação	1097
29.8.3.2 Embargos de declaração	1098
29.8.3.3 Recurso especial e extraordinário	1099
29.8.3.4 <i>Habeas corpus</i>	1100
29.8.3.5 Mandado de segurança	1100
29.8.3.6 Revisão criminal	1101
29.8.4 Execução nos Juizados Especiais Criminais	1101
29.9 Procedimentos especiais previstos no CPP	1102
29.9.1 Processo e julgamento dos crimes de responsabilidade do funcionário público	1102
29.9.2 Dos processos e julgamento dos crimes de calúnia e injúria	1104
29.9.3 Do processo e do julgamento dos crimes contra a propriedade imaterial	1105
29.9.3.1 Crimes processados por ação penal de iniciativa privada	1105

29.9.3.2 Crimes processados por ação penal pública.....	1106
29.10 Síntese gráfica.....	1107
29.11 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	1112
29.11.1 Gabaritos.....	1116

30 PROCEDIMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI.....	1119
30.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	1119
30.2 Introdução.....	1119
30.3 Princípios constitucionais do Tribunal do Júri.....	1120
30.3.1 Plenitude de defesa.....	1120
30.3.2 Sigilo das votações.....	1121
30.3.3 Soberania dos veredictos.....	1122
30.3.4 Competência para julgamento dos crimes dolosos contra a vida.....	1127
30.4 Procedimento bifásico do Tribunal do Júri.....	1129
30.4.1 Sumário da culpa (<i>judicium accusationis</i>).....	1129
30.4.1.1 Pronúncia.....	1134
30.4.1.1.1 Natureza jurídica.....	1134
30.4.1.1.2 <i>In dubio pro societate?</i>	1134
30.4.1.1.3 Fundamentação e conteúdo da pronúncia.....	1139
30.4.1.1.3.1 <i>Emendatio e mutatio libelli</i> na pronúncia.....	1142
30.4.1.1.3.2 Decote de qualificadoras.....	1144
30.4.1.1.4 Efeitos da pronúncia.....	1145
30.4.1.1.5 Intimação da decisão de pronúncia.....	1146
30.4.1.1.6 Recursos.....	1146
30.4.1.2 Impronúncia.....	1147
30.4.1.2.1 Natureza jurídica.....	1147
30.4.1.2.2 Surgimento de novas provas.....	1147
30.4.1.2.3 Infrações penais conexas.....	1149
30.4.1.2.4 Despronúncia.....	1150
30.4.1.2.5 Recursos.....	1150
30.4.1.3 Absolução sumária.....	1151
30.4.1.3.1 Natureza jurídica.....	1152
30.4.1.3.2 Hipóteses.....	1152
30.4.1.3.3 Infrações penais conexas.....	1155
30.4.1.3.4 Recursos.....	1156
30.4.1.3.4.1 Recurso de ofício.....	1157
30.4.1.4 Desclassificação.....	1157
30.4.1.4.1 Procedimento.....	1158
30.4.1.4.1.1 Conflito de competência.....	1160
30.4.1.4.2 Infração penal conexa.....	1160
30.4.1.4.3 Recursos.....	1161
30.4.2 Segunda fase do procedimento (<i>judicium causae</i>).....	1161
30.4.2.1 Desaforamento.....	1161
30.4.2.1.1 Legitimidade.....	1162
30.4.2.1.2 Momento processual.....	1162
30.4.2.1.3 Hipóteses legais.....	1162
30.4.2.1.4 Procedimento.....	1164
30.4.2.1.5 Local da realização do novo julgamento.....	1164
30.4.2.1.6 Recursos.....	1165
30.4.2.1.7 Reaforamento.....	1165
30.4.2.2 Das atribuições do juiz presidente.....	1165
30.4.2.3 Preparação do processo para julgamento pelo Tribunal do Júri.....	1166
30.4.2.4 Jurados.....	1167

SUMÁRIO

30.4.2.4.1 Quem pode e não pode ser jurado?	1168
30.4.2.4.2 Alistamento dos jurados	1170
30.4.2.4.3 Direitos dos jurados	1171
30.4.2.4.4 Recusa e não comparecimento injustificado	1172
30.4.2.4.5 Responsabilidade do jurado	1172
30.4.2.5 Organização da pauta	1173
30.4.2.6 Sorteio e convocação dos jurados	1173
30.4.2.7 Sessão de julgamento	1174
30.4.2.7.1 Suspeição, impedimento e incompatibilidade do juiz presidente ou do membro do Ministério Público	1174
30.4.2.7.2 Ausências	1175
30.4.2.7.2.1 Juiz presidente	1175
30.4.2.7.2.2 Ministério Público	1175
30.4.2.7.2.3 Defensor do acusado	1175
30.4.2.7.2.4 Defensoria Pública	1176
30.4.2.7.2.5 Acusado	1176
30.4.2.7.2.6 Assistente da acusação	1177
30.4.2.7.2.7 Advogado do querelante	1177
30.4.2.7.2.8 Testemunhas	1177
30.4.2.8 Formação do Conselho de Sentença	1178
30.4.2.8.1 Empréstimo de jurado	1179
30.4.2.8.2 Procedimento	1180
30.4.2.8.2.1 Suspeição, impedimento e incompatibilidade dos jurados	1180
30.4.2.8.2.2 Recusas peremptórias	1181
30.4.2.8.2.3 Estouro de urna: quem será julgado primeiro?	1183
30.4.2.8.2.4 Compromisso	1185
30.4.2.9 Instrução em plenário	1185
30.4.2.9.1 Interrogatório do acusado	1187
30.4.2.9.2 Uso de algemas durante sessão plenária e posição do réu durante o julgamento	1187
30.4.2.9.3 Debates	1188
30.4.2.9.3.1 Celebração de negócio jurídico processual	1191
30.4.2.9.3.2 Exibição e leitura de documentos em plenário	1191
30.4.2.9.3.3 Argumentos proibidos	1192
30.4.2.9.3.4 Apartes	1193
30.4.2.9.3.5 Sociedade e acusado indefeso	1194
30.4.2.9.3.6 Esclarecimentos aos jurados	1195
30.4.2.9.4 Dissolução do Conselho de Sentença	1196
30.4.2.10 Quesitação	1196
30.4.2.10.1 Ordem dos Quesitos	1198
30.4.2.10.1.1 Materialidade do fato	1198
30.4.2.10.1.2 Autoria ou participação	1199
30.4.2.10.1.3 Tentativa ou desclassificação	1200
30.4.2.10.1.4 O jurado absolve o acusado?	1201
30.4.2.10.1.5 Causas de diminuição de pena	1207
30.4.2.10.1.6 Qualificadoras e causas de aumento de pena	1208
30.4.2.10.1.7 Falso testemunho em plenário	1208
30.4.2.10.1.8 Agravantes e atenuantes	1208
30.4.2.10.1.9 Concurso de crimes	1209
30.4.2.11 Votação	1209
30.4.2.11.1 O problema da absolvição imprópria	1210
30.4.2.11.2 Desclassificação	1211
30.4.2.11.3 Crimes conexos	1213

30.5 Sentença.....	1213
30.5.1 Sentença condenatória.....	1213
30.5.1.1 Efeitos da condenação.....	1215
30.5.1.1.1 Confisco alargado no júri.....	1215
30.5.1.1.2 Execução provisória – pena igual ou superior a 15 anos.....	1216
30.5.2 Sentença absolutória.....	1218
30.5.3 Ata.....	1218
30.6 Síntese gráfica.....	1219
30.7 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	1222
30.7.1 Gabaritos.....	1226

31 SENTENÇA.....	1229
31.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	1229
31.2 Introdução.....	1229
31.3 Classificação.....	1230
31.3.1 Despachos de mero expediente.....	1230
31.3.2 Decisão interlocutória.....	1230
31.3.3 Decisões definitivas.....	1231
31.3.4 Decisões executáveis e não executáveis.....	1231
31.3.5 Decisões subjetivamente simples, subjetivamente plúrimas e subjetivamente complexas.....	1232
31.3.6 Decisões suicidas, vazias e autofágicas.....	1232
31.3.7 Decisões condenatórias, declaratórias, constitutivas (positivas e negativas), mandamentais, executivas e homologatórias.....	1232
31.4 Sentença.....	1233
31.4.1 Classificação das sentenças.....	1233
31.4.2 Estrutura formal da sentença.....	1234
31.4.2.1 Relatório.....	1234
31.4.2.2 Fundamentação.....	1235
31.4.2.2.1 A fundamentação <i>per relationem</i> ou aliunde.....	1238
31.4.2.2.2 Princípio da Correlação – Sentença <i>citra</i> , <i>ultra</i> e <i>extra petita</i>	1238
31.4.2.2.2.1 <i>Emendatio libelli</i>	1239
31.4.2.2.2.1.1 <i>Emendatio libelli</i> em segunda instância.....	1242
31.4.2.2.2.2 <i>Mutatio libelli</i>	1244
31.4.2.2.2.2.1 Quando se impõe o aditamento?.....	1245
31.4.2.2.2.2.2 Aditamento para crime culposos.....	1246
31.4.2.2.2.2.3 O aditamento não produz uma imputação alternativa.....	1249
31.4.2.2.2.2.4 <i>Mutatio libelli</i> no Tribunal do Júri.....	1250
31.4.2.2.2.2.5 Procedimento.....	1250
31.4.2.2.2.2.6 <i>Mutatio libelli</i> em segunda instância.....	1251
31.4.2.2.3 Regramento comum à <i>emendatio</i> e <i>mutatio libelli</i>	1252
31.4.2.2.3.1 Mudança na espécie de ação penal.....	1253
31.4.2.2.3 Entre a racionalidade, controlabilidade, integridade e coerência.....	1253
31.4.2.3 Dispositivo.....	1254
31.4.2.4 Autenticação.....	1255
31.4.3 Sentença absolutória.....	1255
31.4.3.1 Fundamentos da absolvição.....	1256
31.4.3.2 Efeitos da sentença absolutória.....	1258
31.4.4 Sentença condenatória.....	1259
31.4.4.1 Fixação da pena privativa de liberdade.....	1260
31.4.4.1.1 Fixação da pena base (primeira fase).....	1261
31.4.4.1.1.1 Circunstâncias judiciais.....	1263
31.4.4.1.2 Fixação da pena intermediária (segunda fase).....	1267
31.4.4.1.2.1 Agravantes genéricas.....	1269
31.4.4.1.2.1.1 Reincidência (art. 61, I, do CP).....	1271
31.4.4.1.2.1.2 Motivo fútil ou torpe (art. 61, II, “a”, do CP).....	1276

31.4.4.1.2.1.3	Crime praticado para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime (art. 61, II, “b”, do CP).....	1277
31.4.4.1.2.1.4	Crime praticado com traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulta ou torna impossível a defesa do ofendido (art. 61, II, “c”, do CP).....	1277
31.4.4.1.2.1.5	Crime praticado com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum (art. 61, II, “d”, do CP).....	1277
31.4.4.1.2.1.6	Crime praticado contra descendente, ascendente, irmão ou cônjuge (art. 61, II, “e” do CP).....	1278
31.4.4.1.2.1.7	Crime praticado com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica (art. 61, II, “f”, do CP)....	1278
31.4.4.1.2.1.8	Crime praticado com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão.....	1278
31.4.4.1.2.1.9	Crime praticado contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida (art. 61, II, “h”, do CP).....	1279
31.4.4.1.2.1.10	Crime praticado quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade (art. 61, II, “i”, do CP).....	1279
31.4.4.1.2.1.11	Crime praticado em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido (art. 61, II, “j”, do CP).....	1280
31.4.4.1.2.1.12	Crimes praticados em estado de embriaguez preordenada (art. 61, II, “l”, do CP).....	1280
31.4.4.1.2.1.13	Agravantes nos crimes praticados por duas ou mais pessoas (art. 62 do CP).....	1280
31.4.4.1.2.2	Atenuantes genéricas.....	1281
31.4.4.1.2.2.1	Ser o agente menor de 21 (vinte e um), na data do fato, ou maior de 70 (setenta) anos, na data da sentença (art. 65, I, do CP).....	1281
31.4.4.1.2.2.2	Desconhecimento da lei (art. 65, II, do CP).....	1282
31.4.4.1.2.2.3	Ter o agente cometido o crime por motivo de relevante valor social ou moral (art. 65, III, “a”, do CP).....	1282
31.4.4.1.2.2.4	Ter o agente procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou	

	ter, antes do julgamento, reparado o dano (art. 65, III, “b”, do CP).....	1282
31.4.4.1.2.2.5	Ter o agente cometido o crime sob coação a que podia resistir, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima (art. 65, III, “c”, do CP).....	1283
31.4.4.1.2.2.6	Ter o agente confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime (art. 65, III, “d”, do CP).....	1283
31.4.4.1.2.2.7	Ter o agente cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou.....	1285
31.4.4.1.2.3	Atenuantes inominadas.....	1285
31.4.4.1.3	Fixação da pena definitiva (terceira fase)	1285
31.4.4.1.4	Fixação do regime de cumprimento da pena	1287
31.4.4.1.5	Detração penal.....	1289
31.4.4.2	Substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.....	1290
31.4.4.2.1	Espécies	1291
31.4.4.2.2	Requisitos.....	1292
31.4.4.2.3	Substituição nos crimes dolosos.....	1293
31.4.4.2.4	Substituição nos crimes culposos e preterdolosos.....	1294
31.4.4.2.5	Regras da substituição.....	1294
31.4.4.3	Fixação da pena de multa.....	1294
31.4.4.3.1	Pena de multa no concurso de crimes	1295
31.4.4.3.2	Multa substitutiva ou vicariante.....	1296
31.4.5	Publicação da sentença.....	1297
31.4.5.1	Esgotamento da instância.....	1297
31.4.6	Intimação da sentença	1298
31.5	Síntese gráfica	1301
31.6	Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	1304
31.6.1	Gabaritos	1306
32	NULIDADES	1309
32.1	Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	1309
32.2	Introdução: Ainda existe um sistema de nulidades? Entre Luhmann e a <i>Common Law</i>	1309
32.3	Natureza jurídica	1314
32.4	Espécies de vícios processuais.....	1314
32.4.1	Atos inexistentes	1315
32.4.2	Irregularidades	1316
32.4.3	Nulidades	1316
32.4.3.1	Nulidade absoluta	1317
32.4.3.2	Nulidades relativas	1318
32.5	Princípios relativos às nulidades	1318
32.5.1	Princípio da instrumentalidade das formas.....	1318
32.5.2	Princípio da causalidade.....	1320
32.5.3	Princípio do interesse.....	1320
32.6	Nulidades em espécie.....	1321
32.6.1	Por incompetência, suspeição ou suborno do juiz (art. 564, I)	1321
32.6.2	Ilegitimidade de parte (art. 564, II)	1323
32.6.3	Falta da denúncia, queixa, representação ou requisição do Ministro da Justiça (art. 564, III, a).....	1323

32.6.4 Ausência do exame do corpo de delito nos crimes que deixam vestígios (art. 564, III, b)..	1324
32.6.5 Falta de nomeação de defensor ao réu presente, que o não tiver, ou ao ausente, e de curador ao menor de 21 anos (art. 564, III, c).....	1325
32.6.6 Não intervenção do Ministério Público (art. 564, III, d)	1325
32.6.7 Ausência de citação, do interrogatório do acusado e de concessão dos prazos à acusação e à defesa (art. 564, III, e)	1326
32.6.8 No procedimento do Tribunal do Júri (art. 564, III, f, g, h, i, j, k e l)	1328
32.6.9 Ausência de sentença (art. 564, III, m)	1330
32.6.10 Falta do recurso de ofício nos casos que a lei o tenha estabelecido (art. 564, III, n)	1330
32.6.11 Ausência de intimação de decisões recorríveis (art. 564, III, o).....	1331
32.6.12 Falta de quórum legal para o julgamento nos Tribunais Superiores e nos Tribunais de 2º grau (art. 564, III, p).....	1331
32.6.13 Omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato (art. 564, IV).....	1331
32.6.14 Carência de fundamentação na decisão (art. 564, V)	1332
32.7 Momento para arguição das nulidades	1332
32.8 Convalidação dos atos processuais.....	1334
32.9 Jurisprudência do STJ.....	1335
32.10 Síntese gráfica.....	1339
32.11 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	1340
32.11.1 Gabaritos.....	1343

TÍTULO IX

RECURSOS E IMPUGNAÇÕES

33 TEORIA GERAL DOS RECURSOS.....	1347
33.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	1347
33.2 Introdução e conceito	1347
33.3 Classificação	1348
33.4 Fundamento – Duplo grau de jurisdição.....	1348
33.5 Princípios regentes.....	1350
33.5.1 Princípio da taxatividade	1350
33.5.2 Princípio da unirrecorribilidade das decisões	1350
33.5.3 Princípio da fungibilidade.....	1350
33.5.4 Princípio da dialeticidade	1352
33.5.5 Princípio da disponibilidade	1353
33.5.6 Princípio da complementariedade.....	1354
33.5.7 Princípio da variabilidade	1354
33.5.8 Princípio da substitutividade do recurso.....	1355
33.5.9 Princípio da colegialidade.....	1356
33.5.10 Princípio da voluntariedade – recurso de ofício	1357
33.5.11 Princípio da <i>non reformatio in pejus</i>	1358
33.5.11.1 <i>Reformatio in pejus</i> indireta.....	1360
33.5.11.1.1 <i>Reformatio in pejus</i> indireta nos julgamentos pelo Tribunal do Júri.....	1360
33.5.11.1.2 <i>Reformatio in pejus</i> indireta nos julgamentos realizados por juízo absolutamente incompetente.....	1362
33.6 Pressupostos de admissibilidade recursais.....	1363
33.6.1 Pressupostos de natureza objetiva	1364
33.6.1.1 Cabimento	1364
33.6.1.2 Adequação	1364
33.6.1.3 Tempestividade.....	1365
33.6.1.3.1 Prazo recursal	1366
33.6.1.4 Regularidade formal.....	1368

33.6.1.5 Inexistência de fato impeditivo	1370
33.6.1.6 Inexistência de fato extintivo	1371
33.6.2 Pressupostos de natureza subjetiva	1372
33.6.2.1 Legitimidade	1372
33.6.2.1.1 Legitimidade recursal do assistente da acusação	1374
33.6.2.2 Interesse recursal	1375
33.6.2.2.1 Interesse do Ministério Público	1376
33.6.2.2.2 Interesse da defesa	1377
33.7 Efeitos dos recursos	1378
33.7.1 Efeito obstativo	1378
33.7.2 Efeito devolutivo	1378
33.7.3 Efeito suspensivo	1381
33.7.3.1 Atribuição anômala de efeito suspensivo	1381
33.7.4 Efeito regressivo, iterativo ou diferido	1382
33.7.5 Efeito extensivo	1383
33.7.6 Efeito substitutivo	1384
33.7.7 Efeito translativo	1385
33.7.8 Efeito dilatatório-procedimental	1385
33.8 Direito intertemporal	1385
33.9 Síntese gráfica	1387
33.10 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço	1391
33.10.1 Gabarito	1392

34 RECURSOS EM ESPÉCIE

34.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos	1395
34.2 Apelação	1395
34.2.1 Espécies	1396
34.2.1.1 Apelação ampla e apelação restrita	1396
34.2.1.2 Apelação principal e apelação subsidiária	1396
34.2.1.3 Apelação de rito ordinário e sumário	1396
34.2.1.4 Apelação adesiva	1397
34.2.2 Requisitos e processamento	1398
34.2.2.1 Cabimento e adequação	1398
34.2.2.1.1 Sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular	1398
34.2.2.1.2 Decisões definitivas, ou com força de definitivas, proferidas por juiz singular nos casos de não cabimento de RSE	1399
34.2.2.1.3 Decisões do Tribunal do Júri	1399
34.2.2.2 Tempestividade	1406
34.2.2.3 Regularidade formal e procedimento	1407
34.2.3 Competência	1408
34.2.4 Efeitos	1408
34.3 Recurso em sentido estrito	1412
34.3.1 Requisitos e processamento	1412
34.3.1.1 Cabimento e adequação	1412
34.3.1.1.1 Rejeição da denúncia ou queixa (inc. I)	1413
34.3.1.1.2 Concluir pela incompetência do juízo (inc. II)	1414
34.3.1.1.3 Julgar procedente as exceções, exceto a de suspeição (inc. III)	1415
34.3.1.1.4 Pronúncia (inc. IV)	1415
34.3.1.1.5 Decisões acerca de prisão e liberdade provisória (incs. V e VII)	1415
34.3.1.1.6 Declara ou rejeita pedido de extinção da punibilidade (incs. VIII e IX)	1416
34.3.1.1.7 Decisão que concede ou nega <i>habeas corpus</i> (inc. X)	1417
34.3.1.1.8 Anula o processo no todo ou em parte (inc. XIII)	1417
34.3.1.1.9 Denega a apelação ou a julga deserta (inc. XV)	1419

34.3.1.1.10 Ordena a suspensão do processo por questão prejudicial (inc. XVI)	1419
34.3.1.1.11 Decide incidente de falsidade documental (inc. XVIII)	1419
34.3.1.1.12 Recusa a homologação de ANPP (inc. XXV)	1419
34.3.1.1.13 Decisão que inclui ou exclui jurado da lista geral (inc. XIV)	1420
34.3.1.1.14 Decisões que versam sobre pena e medida de segurança (incs. XI, XII, XVII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII e XXXIV)	1420
34.3.1.1.15 Hipóteses de recurso em sentido estrito previstas na Legislação Especial	1421
34.3.1.2 Tempestividade	1422
34.3.1.3 Regularidade formal e procedimento	1422
34.3.2 Competência	1424
34.3.3 Efeitos	1424
34.4 Embargos de declaração	1426
34.4.1 Cabimento e adequação	1426
34.4.2 Tempestividade	1428
34.4.3 Regularidade formal e procedimento	1428
34.4.4 Competência	1429
34.4.5 Efeitos	1429
34.5 Embargos infringentes e de nulidade	1431
34.5.1 Requisitos e processamento	1431
34.5.1.1 Cabimento e adequação	1431
34.5.1.2 Tempestividade	1433
34.5.1.3 Regularidade formal e procedimento	1433
34.5.1.4 Efeitos	1435
34.6 Carta testemunhável	1435
34.6.1 Requisitos e processamento	1436
34.6.1.1 Cabimento e adequação	1436
34.6.1.2 Tempestividade	1436
34.6.1.3 Regularidade formal e procedimento	1436
34.6.1.4 Efeitos	1437
34.7 Correição parcial	1438
34.7.1 Requisitos e processamento	1438
34.7.1.1 Cabimento e adequação	1438
34.7.1.2 Tempestividade	1439
34.7.1.3 Regularidade formal e procedimento	1439
34.7.1.4 Efeitos	1439
34.8 Agravo em execução	1440
34.9 Recurso Especial e Extraordinário	1440
34.9.1 Conceitos comuns a ambos os recursos	1441
34.9.1.1 Órgão prolator da decisão impugnada	1441
34.9.1.2 Causa decidida em única ou última instância	1442
34.9.1.3 Questão de fato e questões de direito	1442
34.9.1.4 Prequestionamento	1442
34.9.2 Requisitos e processamento	1444
34.9.2.1 Cabimento e adequação	1444
34.9.2.1.1 Recurso Extraordinário	1444
34.9.2.1.2 Recurso Especial	1446
34.9.2.2 Tempestividade	1448
34.9.2.3 Regularidade formal e procedimento	1448
34.9.2.4 Efeitos	1449
34.10 Síntese gráfica	1451
34.11 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço	1457
34.11.1 Gabaritos	1462

35 REVISÃO CRIMINAL	1463
35.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos	1463
35.2 Introdução	1463
35.3 Natureza jurídica – ação autônoma de impugnação	1464
35.4 Condições da ação	1464
35.4.1 Possibilidade jurídica do pedido	1464
35.4.2 Interesse de agir	1465
35.4.3 Legitimidade	1465
35.5 Pressupostos processuais	1467
35.6 Competência	1467
35.7 Hipóteses de cabimento	1468
35.7.1 Contrariar texto expresso de lei penal (art. 621, I)	1468
35.7.2 Contrariar a evidência dos autos (art. 621, I)	1471
35.7.3 Decisão fundada em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos (art. 621, III)	1472
35.7.4 Descoberta de novas provas de inocência do condenado ou de circunstância que determine ou autorize diminuição especial da pena (art. 621, III)	1472
35.8 Procedimento	1472
35.9 Indenização por erro judiciário	1474
35.10 Casuística jurisprudencial	1475
35.11 Síntese gráfica	1476
35.12 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço	1476
35.12.1 Gabaritos	1478
36 HABEAS CORPUS	1479
36.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos	1479
36.2 Introdução	1479
36.3 Natureza jurídica – ação constitucional	1480
36.4 Condições da ação	1480
36.4.1 Possibilidade jurídica do pedido	1480
36.4.2 Interesse de agir	1480
36.4.3 Legitimidade	1481
36.4.3.1 Legitimidade ativa	1481
36.4.3.2 Legitimidade passiva	1482
36.4.3.3 Concessão de ofício	1482
36.4.4 Pressupostos processuais	1482
36.4.5 Competência	1483
36.5 <i>Habeas corpus</i> preventivo e liberatório – cabimento	1484
36.5.1 <i>Habeas corpus</i> coletivo	1486
36.6 Procedimento	1488
36.7 Recursos	1489
36.7.1 Recurso ordinário constitucional	1490
36.8 Casuística jurisprudencial	1491
36.9 Síntese gráfica	1492
36.10 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço	1493
36.10.1 Gabaritos	1495
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1497